

## TEXTO IV

### A SITUAÇÃO ACTUAL DA FACULDADE\*

Uma das mais extraordinárias revoluções da nossa história desencadeou compreensíveis acessos de entusiasmo, criando, pelo que havia de inesperado na sua vitória, um ambiente de euforia e de intensa comunicação. Mas os dias que passaram e a normalização da vida pública pela constituição de um governo regular obrigam ao trabalho aturado e à reflexão profunda.

Entendeu o decano do corpo docente dever transmitir os poderes legais, que lhe competiam por inerência, a uma comissão eleita pelos docentes convocados para um conselho e aqueles que ocasionalmente foi possível reunir por se encontrarem na Faculdade. O sufrágio de 65 docentes pareceu tão suficientemente representativo que foi confirmado em assembleia geral.

Entretanto decorreram numerosas reuniões de professores e alunos que, não raro, se transformaram em discussões intermináveis de assuntos de pormenor. Essa frequência não parecia compatível com o intenso trabalho a realizar e explica a abstenção de pessoas que entendiam dar mais sério objecto ao seu labor.

Foram tomadas e aprovadas decisões que nos parecem uma lamentável abdicação dos deveres da nossa profissão e um deplorável nivelamento pela mediocridade no estudo.

A paralisação das aulas é, para todos os efeitos, uma *greve* sem justificação. Não cabe nela o protesto, que podia fazer-se pela proposta de modificações reflectidas do sistema escolar. Não cabe nela o regozijo, que devia ter levado a tomar consciência das grandes responsabilidades que impedem sobre alunos e professores, classe incontestavelmente privilegiada e por isso mesmo devedora de serenidade, reflexão e trabalho conscientemente assumidos.

Como professor de Geografia, numa secção onde as relações com os alunos são permanentes e fáceis, vi, com estranheza e com mágoa, que as reuniões deles se fizessem sem o nosso conhecimento e a nossa presença. Até nas excursões da cadeira de *Geografia humana I*, previstas para o sábado à tarde, de acordo

---

\* Este texto foi redigido em 1974.

com as preferências dos alunos, estes entenderam abster-se de participar porque se tratava efectivamente de ensino e todas as suas formas se encontravam paralisadas. No entanto, foi possível terminar os seminários onde os alunos, dando conta da investigação das suas dissertações de licenciatura, se aperceberam de quanto este exercício os enriquecera na iniciação da ciência.

À luz da reflexão destes e de outros factos, proponho:

1. Que se retome imediatamente a actividade docente, prolongando-se até 15 de Junho,
2. Que não se realizem segundas frequências mas que os alunos entreguem os trabalhos pessoais nas cadeiras em que lhes forem pedidos.
3. Que a dispensa de exame final se faça segundo as normas em vigor.
4. Que o exame final incida sobre todo o programa tratado nas aulas e excursões e as leituras fundamentais recomendadas em cada cadeira.
5. Se, por qualquer circunstância, um ou mais pontos do programa não puderem ser devidamente tratados, o respectivo professor poderá eliminá-los do exame final.
6. Que os exames finais se façam o mais rapidamente possível, encurtando as chamadas férias de ponto e os longos intervalos entre uns e outros. Creio que esta forma concentrada tem a vantagem de não prolongar demasiadamente a tensão que os exames provocam nos alunos e de impedir a preparação acelerada dos que nada fizeram durante o ano.
7. Que se mantenha a dissertação de licenciatura, feita sempre sobre a orientação do docente para tal designado, atendendo ao elevado valor formativo deste trabalho, embora se incite o aluno a não multiplicar a matéria escrita ou desenhada, cingindo-se ao tratamento sucinto dos pontos fundamentais.

Pelo que chegou ao meu conhecimento, os pontos contidos nesta proposta são susceptíveis de provocar o desgosto da maioria. Uma das formas de respeito que o professor deve aos alunos é a plena sinceridade e não a procura fácil do aplauso e da popularidade. Há infelizmente, entre os privilegiados frequentadores do ensino superior, um número avultado que não deseja trabalhar, que propõe e aplaude todas as formas de facilidade, que na nossa experiência consideramos degradante. Quer os nossos alunos se destinem ao ensino, quer à colaboração em tarefas ligadas ao planeamento, é nosso dever assegurar um mínimo de formação profissional, de desenvolvimento das bases e da capacidade de reflexão, preparando-os para agirem conscientemente nas grandes tarefas que, em todos os campos, permitirão a indispensável e profunda renovação do País.

Não foi até agora pedido o afastamento de nenhum docente da secção de Geografia. Como são os nossos alunos que nos julgam, é reconfortante que assim tenha acontecido. Mas não posso deixar de deplorar o processo até aqui seguido de se pretender afastar professores por acusações vagas e sem processo regular. Entendo que o professor cientificamente incompetente e desinteressado das tare-

fas docentes receba a sanção que é devida à sua carência de vocação ou de preparação. Para tanto deve haver órgãos competentes e objectivos; mas veria com profundo desagrado renovar-se a “depuração” que o governo transacto por várias vezes brutalmente exerceu.

Requerem-se no professor qualidades intelectuais e condições humanas que permitam o exercício da sua magistratura, de modo a ser bem aceite pelos alunos. Mas estes têm de compreender que a exigência é uma das formas mais proficuas de lhes manifestarmos o respeito que devem merecer-nos.

A passagem de um governo autoritário e repressivo para a verdadeira democracia só pode fazer-se na ordem, na paz, no trabalho e no respeito mútuo de pluralidade de sentimentos e opiniões.

As considerações que ofereço aos alunos e aos professores da Faculdade são inspiradas por um propósito construtivo, sem me preocupar com o aplauso que a facilidade tantas vezes encontra, repudiando com clareza todas as formas de demagogia e de desordem e procurando levar alunos e professores a tomar consciência das grandes responsabilidades que o momento actual para uns e outros acarreta.

Lisboa, 17 de Maio de 1974,  
*Orlando Ribeiro*